


## Mecanismos de auditoria e gerenciamento de resultados contábeis


Audit mechanisms and earnings management

Mecanismos de auditoria y manipulación contable


**Jislene Trindade Medeiros**

Mestre em Ciências Contábeis (UFRN)  
Doutoranda em Administração e Controladoria (UFC),  
Fortaleza/CE, Brasil  
jislentm@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-0941-0228> 

**Márcia Martins Mendes De Luca\***

Doutora em Controladoria e Contabilidade (USP)  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e  
Controladoria (UFC), Fortaleza/CE, Brasil  
marciamdeluca@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-9995-5637> 

**Alessandra Carvalho de Vasconcelos**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC)  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e  
Controladoria (UFC), Fortaleza/CE, Brasil  
alevasconcelos.ufc@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-6480-5620> 

**Endereço do contato principal para correspondência\***

Avenida da Universidade, 2486, Bairro Benfica, CEP 60020-180, Fortaleza/CE, Brasil

### Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar a influência dos mecanismos de auditoria no gerenciamento de resultados contábeis. A investigação reúne dados de 142 empresas não financeiras participantes da carteira do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada da B3, no período de 2011 a 2017. A estatística descritiva das métricas de gerenciamento de resultados (*accruals* discricionários, o nível anormal das atividades reais e o resultado contábil anormal) sinaliza que os *accruals* discricionários é a medida que mais contribui para a redução da qualidade das informações contábeis. A partir de regressões múltiplas com dados em painel e pelo método de regressão quantílica, verificou-se que os mecanismos de auditoria melhoram a qualidade das informações contábeis e que a existência de órgãos de auditoria interna e controle interno, tidos como mecanismos internos de governança corporativa, não são eficientes em inibir a adoção de estratégias de gerenciamento de resultados por mudança de classificação, para a amostra e período investigados.

**Palavras-chave:** Mecanismos de Auditoria; Qualidade da Informação; *Accruals* Discricionários, Atividades Reais; Resultado Contábil Anormal

### Abstract

In this study we evaluated the influence of audit mechanisms on earnings management based on a sample of 142 non-financial firms listed in the 'Differentiated Corporate Governance' segment of the Brazilian stock market (B3) between 2011 and 2017. A descriptive analysis of the adopted metrics of earnings management (discretionary accruals, abnormal real activities, abnormal earnings) suggests that accounting information quality is most severely impacted by discretionary accruals. Multiple regressions on panel data using the quantile regression method revealed that audit mechanisms are protective of accounting information quality and that the existence of internal control and audit bodies—commonly regarded as internal mechanisms of corporate governance—was insufficient to inhibit the adoption of earnings management strategies, such as classification shifting, for the sample and period analyzed.

**Keywords:** Audit mechanisms; Information quality; Discretionary accruals; Real activities; Abnormal earnings

## Resumen

Este estudio analiza la influencia de los mecanismos de auditoría en la manipulación contable, reuniendo datos de 142 empresas no financieras participantes en la cartera del Índice de Acciones con Gobernanza Corporativa Diferenciada de la B3, en el período de 2011 a 2017. La estadística descriptiva de las métricas manipulación contable (accruals discrecionales, nivel anormal de las actividades reales y resultado contable anormal) indica que los accruals discrecionales son la medida que más contribuye a la reducción de dicha calidad. A partir de regresiones múltiples con datos en panel y por el método de regresión cuantílica, se verificó que los mecanismos de auditoría mejoran la calidad de la información contable y que los órganos de auditoría y control interno, considerados mecanismos internos de gobernanza corporativa no son eficientes para inhibir la adopción de estrategias de manipulación contable por cambio de clasificación, para las empresas analizadas en el período.

**Palabras clave:** Mecanismos de Auditoría; Calidad de la Información; Accruals Discrecionales, Actividades Reales; Resultado Contable Anormal

## 1 Introdução

A adoção de boas práticas de governança corporativa possibilita a melhoria do desempenho da empresa e da sua relação com o mercado, gerando mecanismos capazes de garantir que o comportamento dos gestores da empresa reflita os interesses de seus acionistas (Bushman & Smith, 2001), podendo minimizar a adoção de práticas de gerenciamento de resultados que diminuam a qualidade da informação contábil (Lin & Hwang, 2010).

Entre as práticas de governança corporativa, destacam-se os mecanismos de auditoria, que, após a promulgação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), com disposições voltadas para as companhias com ações negociadas na bolsa de valores dos Estados Unidos, e que também produziu impactos no Brasil, desempenharam papel crucial na gestão de risco e no elo entre conselho de administração, auditores e acionistas (Silva, Vasconcelos & De Luca, 2017), devido à ênfase atribuída à implementação e manutenção de uma estrutura de controle interno e à criação do comitê de auditoria.

Os mecanismos de auditoria podem ser internos e externos. Os internos operam por meio do controle interno, da auditoria interna e do comitê de auditoria, enquanto os externos estão relacionados à auditoria independente e ao ambiente legal e regulatório, que, em conjunto, reduzem a assimetria informacional e garantem mais transparência às informações e mais confiabilidade aos resultados (Bortolon, Sarlo & Santos, 2013).

A literatura é abundante em obras que investigam o relacionamento entre mecanismos de auditoria específicos e o gerenciamento de resultados contábeis. Entre as características de auditoria avaliadas individualmente, destacam-se: tamanho do comitê de auditoria (Zalata, Tauringana & Tingbani, 2018), independência do comitê de auditoria (Poretti, Shatt & Brynseels, 2018), auditoria externa realizada por uma das *Big Four* (Khalil & Ozkan, 2016), rodízio do auditor responsável (Demski, 2004), existência da auditoria interna (Christ, Masli, Sharp & Wood, 2015) e controle interno (Brown, Pott & Wömpener, 2014).

Alguns desses estudos apresentaram resultados divergentes, e, majoritariamente, investigaram a influência de mecanismos de auditoria específicos no gerenciamento de resultados por meio dos *accruals* discricionários. Entretanto, como os gestores podem também gerenciar os resultados contábeis por atividades reais e por mudança de classificação, mostra-se relevante investigar o impacto do conjunto dos mecanismos de auditoria na utilização de práticas de gerenciamento de resultados que diminuem a qualidade das informações contábeis.

No que tange às métricas de gerenciamento de resultados contábeis, verifica-se que a manipulação por *accruals* discricionários resulta em alteração no lucro líquido, sem afetar diretamente o fluxo de caixa (Dechow, Ge & Schrand, 2010); o nível anormal de atividades reais modifica o lucro líquido, com efeito direto no fluxo de caixa (Bilal & Komal, 2018); e a manipulação do resultado por mudança de classificação modifica itens da Demonstração do Resultado do Exercício, com o objetivo de alterar o lucro operacional, sem alterar o lucro líquido, nem tampouco o fluxo de caixa (McVay, 2006).

No tocante aos *accruals* discricionários, assim como o nível anormal de atividades reais, Shipper e Vincent (2003) defendem que as normas de contabilidade e de controle mais rígidas podem resultar em uma substituição das estratégias de gerenciamento de resultados contábeis, sendo provável que em um mesmo exercício os gestores utilizem mais de uma estratégia de diminuição da qualidade da informação contábil, em função do custo correspondente à adoção de cada uma delas (Cupertino, Martinez & Costa, 2015; Zang, 2012).

Assim, considerando-se o ambiente de governança corporativa das empresas do mercado de capitais brasileiro, a finalidade dos mecanismos de auditoria e seu impacto na qualidade da informação contábil, formula-se a seguinte questão de pesquisa: *Qual a influência dos mecanismos de auditoria no nível de gerenciamento de resultados contábeis?* Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral analisar a influência dos mecanismos de auditoria no nível de gerenciamento de resultados, em empresas

participantes do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3 S. A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Embora as empresas que participam do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), também estejam listadas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa da B3 e, portanto, adotam melhores práticas de governança corporativa, há a necessidade de avaliar se os mecanismos de controle, especificamente, os mecanismos de auditoria, influenciam positivamente a qualidade da informação contábil, em que se busca o alinhamento de interesses entre gestores e investidores e a minimização dos conflitos de agência.

As *proxies* de gerenciamento de resultados contábeis utilizadas no estudo foram estratégias de gerenciamento (*accruals* discricionários, nível anormal de atividades reais e o nível do resultado contábil inesperado) disponíveis para identificar a manipulação dos números contábeis pelos gestores, uma vez que, além de cada uma dessas estratégias serem realizadas de formas distintas e influenciarem de forma diferente o resultado contábil, os gestores podem adotá-las, conjuntamente, no mesmo exercício (Zang, 2012), impactando significativamente a qualidade da informação contábil (Dechow, Ge & Schrand, 2010).

A influência dos mecanismos de auditoria em cada uma das estratégias de gerenciamento de resultados foi investigada por meio de regressões com dados em painel com efeitos fixos e de regressões quantílicas, para o período de 2011 a 2017. De acordo com os resultados, os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível dos *accruals* discricionários, o nível anormal de atividades reais e o resultado contábil anormal das empresas investigadas, participantes da carteira IGC da B3.

Esta investigação contribui para a ampliação da discussão sobre o efeito dos mecanismos de auditoria no nível de gerenciamento de resultados contábeis, por meio da análise do comportamento dos *accruals* discricionários, dos níveis anormais das atividades reais e do nível do resultado contábil inesperado. Diferentemente dos estudos anteriores, os resultados deste estudo apresentam evidências de como os mecanismos de auditoria inibem a adoção de distintos níveis de manipulação dos números contábeis. Na prática, essas evidências podem auxiliar investidores, auditores, analistas financeiros, credores e órgãos reguladores no processo de avaliação e monitoramento das companhias, fortalecendo ainda mais o mercado de capitais no Brasil.

## 2 Revisão da Literatura e Desenvolvimento das Hipóteses

Segundo Davidson, Goodwin-Stewart e Kent (2005), o comitê de auditoria tem por finalidade monitorar a discricionariedade financeira dos gestores, como forma de garantir a credibilidade das demonstrações financeiras, proteger os interesses dos acionistas e melhorar a qualidade da informação contábil reportada. Adicionalmente, os referidos autores comentam que a eficiência desse comitê está associada ao grau de independência dos seus membros.

Ao estudar o efeito do nível de ocupação dos diretores que participam de mais de um comitê, Fich e Shivdasani (2006) constataram uma redução de sua capacidade de monitoramento, o que enfraquece os instrumentos de governança corporativa nas empresas em que atuam. Assim, a eficiência do comitê de auditoria ao supervisionar as atividades dos gestores para melhorar a qualidade da informação contábil está associada ao grau de independência dos membros desse colegiado (Sultana, Singh & Van Der Zahn, 2015).

De modo complementar, Sun, Lan e Liu (2014) verificaram que as empresas com comitê de auditoria composto por membros que também sejam diretores apresentam uma associação positiva com o nível anormal de atividades reais. Os autores constataram que quando os membros do comitê de auditoria desempenham outras funções ocorre uma redução na eficiência de monitoramento das atividades da empresa.

Cunha, Hillesheim, Faveri e Rodrigues (2014), em um estudo com 415 empresas listadas na BM&FBovespa nos exercícios de 2010 e 2011, constataram que o tamanho do comitê de auditoria e a independência dos seus membros não influenciam o nível dos *accruals* discricionários.

Davidson et al. (2005) afirmam que a escolha da empresa de auditoria é outro mecanismo de governança associado a qualidade da informação contábil. Segundo DeAngelo (1981), a escolha de uma empresa de auditoria de maior porte garante mais qualidade à auditoria, já que as grandes empresas detêm mais recursos e mais *expertise* para detectar práticas de gerenciamento de resultados que reduzem a qualidade da informação reportada aos usuários externos.

Prawitt, Smith e Wood (2009) defendem que por meio do comitê de auditoria as firmas podem implementar auditorias internas para complementar e dar suporte à governança. Ao analisar 218 companhias de capital aberto estadunidenses no período de 2000 a 2005, os autores identificaram uma associação positiva entre a qualidade da auditoria interna e o nível dos *accruals* discricionários.

De acordo com Brown et al. (2014), a implementação de um órgão de controle interno constitui aspecto-chave para o aumento da qualidade das informações financeiras, pois essa unidade tem a capacidade de reduzir a manipulação intencional dos números contábeis. Ao comparar a qualidade dos lucros de empresas canadenses antes (2002-2003) e depois (2004-2005) da adoção obrigatória do controle interno, Singer e You (2011) observaram que esse mecanismo de governança corporativa tem impacto positivo na qualidade dos lucros.

Segundo Nagy (2005), uma forma de evitar desvios dos auditores independentes consiste em limitar o tempo que um auditor permanece realizando auditoria externa na mesma empresa. Ademais, a rotatividade dos auditores externos possibilita mais independência profissional e qualidade da auditoria (Lys & Watts, 1994), o que pode refletir positivamente na qualidade das informações financeiras e na inibição de estratégias de gerenciamento de resultados contábeis (Defond & Subramanyam, 1998).

Dantas e Medeiros (2015) argumentam que, cada vez mais, a revisão realizada pelos auditores tem mais relevância, uma vez que aspectos subjetivos de julgamento profissional são adotados na elaboração das informações contábeis e podem facilitar ações oportunistas da administração para reportar um resultado satisfatório e, conseqüentemente, encobrir uma eventual situação econômico-financeira insatisfatória com efeito no desempenho da empresa. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Healy e Wahlen (1999) que, ao utilizar julgamento para estruturar uma operação específica com o objetivo de alterá-la para enganar os usuários das informações financeiras em relação ao desempenho econômico da empresa, ou para influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis, concluíram que os gestores reduzem a qualidade dos lucros, ou seja, da informação contábil.

No que tange às estratégias de gerenciamento de resultados contábeis, Schipper (1989) defende ainda, que elas são utilizadas pelos gestores com a finalidade de atingir motivação particular obtida por meio do atendimento a metas de lucro. Almeida e Almeida (2009) evidenciaram que as empresas auditadas por uma das *Big Four* possuem nível mais baixo de *accruals* discricionários do que aquelas auditadas por outras empresas. Cohen, Dey e Lys (2008) evidenciaram que após a publicação da SOX, houve um aumento na qualidade da informação contábil. Becker, DeFond, Jiambalvo e Subramanyam (1998) concluíram que as empresas com menos qualidade de auditoria externa apresentam níveis de *accruals* discricionários mais altos.

Miko e Kamardin (2015) analisaram o impacto de fatores como a presença e o tamanho do comitê de auditoria, uma das *Big Four* como empresa de auditoria, o tempo de relacionamento entre auditor e empresa e a remuneração pelo serviço de auditoria externa, no nível dos *accruals* discricionários no mercado de capitais nigeriano, e identificaram que o comitê de auditoria e as variáveis de qualidade de auditoria contribuem para o rebaixamento do nível de gerenciamento de resultados (GR) por *accruals* discricionários.

Com base nessa literatura, formula-se a primeira hipótese de pesquisa:

*H<sub>1</sub>: Os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível dos accruals discricionários (GR1).*

Ao analisar a relação entre o nível anormal de atividades reais e as características do comitê de auditoria em uma amostra de 6.759 empresas dos EUA no período de sete anos imediatamente anterior à promulgação da SOX (1996 a 2002), Visvanathan (2008) não encontrou correlação significativa entre o tamanho e a independência do comitê de auditoria e o nível anormal de atividades reais. Entretanto, ao examinar o efeito das características dos comitês de auditoria no nível anormal de atividades reais em uma amostra de 148 empresas dos EUA, no período de 2005 a 2007, Garven (2015) identificou que nas empresas com grande número de membros independentes no comitê de auditoria é menor a propensão à utilização de práticas de gerenciamento de resultados contábeis por atividades reais.

Sun et al. (2014) identificaram uma correlação negativa entre independência dos auditores e o nível anormal do fluxo de caixa operacional, do volume de produção e das despesas discricionárias, em empresas dos EUA. Adicionalmente, os autores relatam que dentre as funções dos instrumentos de auditoria destaca-se a de restringir a adoção de estratégias de manipulação das atividades reais.

Diante do exposto, propõe-se a segunda hipótese de pesquisa:

*H<sub>2</sub>: Os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível anormal de atividades reais (GR2).*

Conforme Haw, Simon e Ho (2011), o gerenciamento de resultados por mudança de classificação refere-se à qualificação errônea e deliberada de despesas básicas, tais como o custo do produto vendido e as despesas gerais e administrativas, com a finalidade de aumentar o lucro, reportando um resultado contábil anormal. McVay (2006), ao investigar a adoção dessa estratégia de gerenciamento de resultados no mercado norte americano, evidenciou que os gestores, oportunisticamente, transferem despesas essenciais para itens especiais para permitir que as empresas atendam às previsões dos analistas financeiros.

O resultado contábil anormal é difícil de ser detectado pela auditoria, e tem impacto significativo na interpretação de analistas e na percepção de investidores (Haw, Simon & Ho, 2011), na medida em que indica a manipulação do lucro por meio de mudança de classificação das contas contábeis. Desse modo, a identificação de fatores que mitigam esse tipo de manipulação da informação contábil mostra-se relevante para o mercado de capitais brasileiro, já que no Brasil é baixa a proteção aos investidores (Marques, Costa

& Silva, 2016), o que favorece a adoção dessa estratégia de gerenciamento de resultados contábeis (Defond, Hung & Trezevant, 2007).

Assim, delinea-se a terceira hipótese desta pesquisa.

*H<sub>3</sub>: Os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível do resultado contábil anormal (GR3).*

### 3 Metodologia da Pesquisa

#### 3.1 Amostra da Pesquisa

A população deste estudo compreende as 188 companhias listadas na B3 participantes da carteira IGC, que mede a *performance* das empresas listadas nos três níveis diferenciados de governança corporativa – Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado –, ou seja, que adotam boas práticas de governança corporativa (B3, 2018). A amostra foi obtida na forma explicitada na Tabela 1.

**Tabela 1:**

**Composição da amostra da pesquisa**

<b>Empresas com ações na carteira IGC, da B3, em março de 2018</b>	<b>188</b>
(-) Companhias do setor financeiro e outros, segundo a classificação da B3	32
(-) Empresas duplicadas	13
(-) Companhias com falta de dados	01
<b>(=) Amostra</b>	<b>142</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Foram coletados dados do período de 2011 a 2017, extraídos do banco de dados Economática® e dos formulários de referência das empresas disponibilizados no *website* da Comissão de Valores Mobiliários. Devido ao fato de algumas empresas não possuírem todas as variáveis em todos os anos e para todos os modelos, além do painel de dados ser desbalanceado, algumas regressões possuem diferentes números de observações, reunindo, cada uma delas, entre 494 e 632 observações. Para o alcance do objetivo da pesquisa, foi necessário estimar as *proxies* de gerenciamento de resultados contábeis.

#### 3.2 Medidas de Gerenciamento de Resultados Contábeis

Foram utilizadas três medidas para mensurar o gerenciamento de resultados, a saber: os *accruals* discricionários (GR1), o nível anormal das atividades reais (GR2) e o resultado contábil anormal (GR3). Vale ressaltar que os modelos utilizados para estimar as *proxies* de gerenciamento de resultados contábeis (Equações (1), (2), (4), (5), (6) e (8)), foram estimadas por modelos de regressão por ano e setor. Além disso, realizou-se os testes para verificar o problema de autocorrelação e heterocedasticidade, buscando corrigi-los no caso de presença de um deles em cada modelo. Os modelos utilizados são apresentados a seguir.

##### 3.2.1 Accruals Discricionários (GR1)

A primeira *proxy* de gerenciamento de resultados são os *accruals* discricionários (GR1). O processo de detecção dos *accruals* discricionários tem início com a estimação dos *accruals* totais apurados sob a abordagem do Balanço Patrimonial. Após a estimação dos *accruals* totais, são estimados os coeficientes  $\alpha$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$ , segundo o Modelo Jones (1991), apresentado na Equação 1, os quais são posteriormente aplicados no Modelo Jones Modificado (Dechow et al. 1995), para calcular os *accruals* não discricionários, conforme a Equação 2.

$$TA_{it} = \alpha(1/A_{it-1}) + \beta_1(\Delta V_{it}) + \beta_2(PPE_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (\text{Equação 1})$$

$$NDA_{it} = \alpha(1/A_{it-1}) + \beta_1(\Delta V_{it} - \Delta CR_{it}) + \beta_2(PPE_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (\text{Equação 2})$$

Em que:

$TA_{it}$  = *accruals* totais da empresa *i* no período *t*, ponderados pelo seu Ativo no final do período *t-1*;  
 $\Delta V_{it}$  = variação da receita de vendas líquida da empresa *i*, ponderada pelo Ativo no final do período *t-1*;

$PPE_{it}$  = saldo da conta Ativo Imobilizado da empresa *i* no final do período *t*, ponderado pelo Ativo no final do período *t-1*;

$A_{it-1}$  = Ativo da empresa *i* no final período *t-1*;

$\varepsilon_{it}$  = termo de erro da regressão (resíduos) da empresa *i* no período *t*;

$NDA_{it}$  = *accruals* não discricionários da empresa *i* no período *t*;  
 $\Delta CR_{it}$  = variação da rubrica Contas a Receber (clientes) da empresa *i* no período *t-1* para o período *t*, ponderada pelo Ativo no final do período *t-1*; e  
 $\alpha$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$  = coeficientes estimados da regressão pela Equação 2.

Os *accruals* discricionários são encontrados por meio da Equação 3, de acordo com o proposto por Dechow et al. (1995).

$$AD_{it} = TA_{it} - NDA_{it} \quad (\text{Equação 3})$$

Em que:

$AD_{it}$  = *accruals* discricionários da empresa *i* no período *t*;

$TA_{it}$  = *accruals* totais da empresa *i* no período *t*; e

$NDA_{it}$  = *accruals* não discricionários da empresa *i* no período *t*.

### 3.2.2 Nível Anormal das Atividades Reais (GR2)

A segunda *proxy* de gerenciamento de resultados é o nível anormal das atividades reais (GR2). Para a estimação dessa *proxy*, foi inicialmente utilizado o Modelo Roychowdhury (2006), conforme as Equações 4, 5 e 6, que estimam os padrões normais dos Fluxos de Caixa Operacionais – FCO, dos custos de produção – PROD e das Despesas Discricionárias – DD, respectivamente, assim como o erro ( $\epsilon$ ), que representa o nível anormal de cada uma dessas variáveis.

$$FCO_{it}/A_{it-1} = \alpha + \beta_1 (1/A_{it-1}) + \beta_2 (V_{it}/A_{it-1}) + \beta_3 (\Delta V_{it}/A_{it-1}) + \epsilon_{it} \quad (\text{Equação 4})$$

$$PROD_{it}/A_{it-1} = \alpha + \beta_1 (1/A_{it-1}) + \beta_2 (V_{it}/A_{it-1}) + \beta_3 (\Delta V_{it}/A_{it-1}) + \beta_4 (\Delta V_{it-1}/A_{it-1}) + \epsilon_{it} \quad (\text{Equação 5})$$

$$DD_{it}/A_{it-1} = \alpha + \beta_1 (1/A_{it-1}) + \beta_2 (V_{it-1}/A_{it-1}) + \epsilon_{it} \quad (\text{Equação 6})$$

Em que:

$FCO_{it}$  = fluxo de caixa operacional da empresa *i* no período *t* (lucro operacional – *accruals*);

$A_{it}$  = ativo da empresa *i* no período *t*;

$PROD_{it}$  = custo de produção da empresa *i* no período *t* (custo do produto vendido +  $\Delta$ estoque);

DD = despesas discricionárias;

$V_{it}$  = receita operacional líquida da empresa *i* no período *t*;

$\Delta V_{it}$  = variação em vendas da empresa *i* no período *t*; e

$\epsilon_{it}$  = termo de erro da regressão da empresa *i* no período *t*.

De acordo com Gunny (2010), o nível total anormal das atividades reais é obtido por meio da Equação 7.

$$GR2_{it} = (AFCO_{it} + ADD_{it}) + ((APROD_{it} \times (-1))) \quad (\text{Equação 7})$$

Em que:

$GR2_{it}$  = nível anormal das atividades reais da empresa *i* no período *t*;

$AFCO_{it}$  = fluxos de caixa operacional anormal da empresa *i* no período *t*;

$ADD_{it}$  = despesas discricionárias anormais da empresa *i* no período *t*; e

$APROD_{it}$  = custos de produção anormais da empresa *i* no período *t*.

### 3.2.3 Resultado Contábil Anormal (GR3)

Para estimação do resultado contábil anormal, foi utilizado o Modelo McVay (2006), que se inicia com a estimação do resultado principal da empresa (*core earnings*), para, a partir dele, mensurar a mudança inesperada do resultado principal da empresa (*unexpected change in core earnings*), utilizado como terceira *proxy* de gerenciamento de resultados (GR3), e encontrado pela diferença entre o resultado principal da empresa (RPE) e o erro ( $\epsilon$ ) da Equação 8.

$$RPE_{it} = \alpha + \beta_1 RPE_{it-1} + \beta_2 TRA_{it} + \beta_3 ACC_{it-1} + \beta_4 ACC_{it} + \beta_5 \Delta REC_{it} + \beta_6 N\_ \Delta REC_{it} + \epsilon_{it} \quad (\text{Equação 8})$$

Em que:

RPE = resultado principal da empresa *i* no período *t* (lucro operacional antes da depreciação e itens especiais, ponderado pela receita de vendas);

RPE = resultado principal da empresa *i* no período *t-1* (lucro operacional antes da depreciação e itens especiais, ponderado pela receita de vendas);

TRA = taxa de rotatividade do Ativo da empresa *i* no período *t*;

ACC = *accruals* operacionais da empresa *i* no período *t-1*;

ACC = *accruals* operacionais da empresa *i* no período *t*;

ΔREC = variação da receita da empresa *i* no período *t*; e

N\_ΔREC = variação negativa da receita de vendas da empresa *i* no período *t*.

As medidas de gerenciamento de resultados contábeis estão relacionadas com as distorções intencionais realizadas pelos gestores com a intenção de alterar o lucro das empresas (Dechow et al., 2010) e foram multiplicadas por (-1) e inclui a interpretação prévia de que altos valores de GR, ou seja, valores distantes de 0, indicam maior nível de gerenciamento de resultados contábeis.

### 3.3 Design da Pesquisa

O estudo analisa o efeito dos mecanismos de auditoria no nível de gerenciamento de resultados contábeis. Para tanto, inicialmente foram estimados os *accruals* discricionários (GR1), conforme Equações 1, 2 e 3, o nível anormal de atividades reais (GR2), de acordo com as Equações 4, 5, 6 e 7, e o resultado contábil anormal (GR3), a partir da Equação 8, das empresas que compõem o IGC da B3. Além disso, destaca-se que, para testar as hipóteses de pesquisa, as métricas de gerenciamento de resultados (GR1, GR2 e GR3) foram consideradas em valores absolutos, já que a finalidade não é investigar o efeito dessas estratégias de manipulação de resultado no lucro. Para testar as hipóteses e concretizar o objetivo da pesquisa, é utilizada a Equação 9.

$$GR_{i,t} = \alpha + \beta_1 TAMCA_{i,t} + \beta_2 INDCA_{i,t} + \beta_3 BIG4_{i,t} + \beta_4 RODAI_{i,t} + \beta_5 AUDIN_{i,t} + \beta_6 COINT_{i,t} + \beta_7 TAM_{i,t} + \beta_8 END_{i,t} + \beta_9 ROA_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (\text{Equação 9})$$

A Tabela 2 apresenta as variáveis utilizadas como *proxies* para mecanismos de auditoria coletadas no Formulário de Referência (FR), item 12.7, e suas respectivas bases teóricas.

**Tabela 2:**  
**Variáveis, *proxies*, operacionalização e base teórica**

Variável	Proxy	Operacionalização	Base teórica
Tamanho do comitê de auditoria (TAMCA)	Número de membros	Número de membros do comitê de auditoria	Sun et al (2014), Zalata et al. (2018), Morás e Klann (2020)
Independência dos membros do comitê de auditoria (INDCA)	Número de membros independentes	Número de membros que participam apenas do comitê de auditoria	Chan, Liu e Sun (2013), Poretiet et al. (2018), Morás e Klann (2020), Chiang, Kleinman e Lee (2020)
Qualidade da empresa de auditoria (BIG4)	Dummy para indicar empresa de auditoria <i>Big Four</i>	"1" indica que a empresa <i>i</i> é auditada por uma das <i>Big Four</i> no período <i>t</i> "0", no caso contrário	Zalata et al. (2018), Zgarni, Hlioui e Zehri (2016)
Rodízio do auditor independente (RODAI)	Dummy para indicar a alteração do auditor independente	"1" indica que houve alteração do auditor responsável pela auditoria independente na empresa <i>i</i> no período <i>t</i> em relação ao período <i>t-1</i> "0", no caso contrário	Demski (2004), Lys e Watts (1994), Nagy (2005), Morás e Klann (2020)
Auditoria interna (AUDIN)	Dummy para indicar a existência do órgão de auditoria interna	"1" indica a existência de um órgão específico de auditoria interna na empresa <i>i</i> no período <i>t</i> "0", no caso contrário	Christ et al. (2015), Prawitt et al. (2009)
Controle interno (COINT)	Dummy para indicar a existência do órgão de controle interno	"1" indica a existência de um órgão específico de controle interno na empresa <i>i</i> no período <i>t</i> "0", no caso contrário	Brown et al. (2014), Zakaria, Nawawi e Salin (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A exemplo de outros estudos envolvendo *proxies* de gerenciamento de resultados, foram utilizadas as seguintes variáveis de controle: tamanho da empresa (TAM), calculado a partir do logaritmo natural do

Ativo (Dechow & Dichev, 2002; Gunny, 2010; Roychowdhury, 2006); rentabilidade sobre o Ativo (ROA), calculada pela razão entre o lucro operacional e o Ativo (Roychowdhury, 2006; Zang, 2012); e endividamento (END), obtido por meio da razão entre Empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo, e o ativo total (Almadi & Lazic, 2016; Call et al., 2014).

Destaca-se que, para testar as hipóteses da pesquisa e apresentar evidências mais robustas sobre a relação entre os mecanismos de auditoria e o gerenciamento de resultados, fez-se uso de dois métodos de regressão: mínimos quadrados ordinários (OLS) e regressão quantílica. Dessa forma, por meio da regressão quantílica foi possível observar o efeito dos mecanismos de auditoria nos diferentes níveis (*quantis*) de gerenciamento de resultados, ou seja, na adoção de estratégias mais (ou menos) agressivas de manipulação dos números contábeis, além do nível médio do gerenciamento de resultados adotado pelas empresas, explicitado nos resultados pelo método dos mínimos quadrados ordinários.

#### 4 Apresentação e Análise dos Resultados

A análise dos resultados tem início por meio da estatística descritiva das variáveis da pesquisa. A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das *proxies* de gerenciamento de resultados contábeis (GR) – nível dos *accruals* discricionários (GR1), nível anormal das atividades reais (GR2) e resultado contábil anormal (GR3) –, além dos mecanismos de auditoria e das variáveis de controle.

**Tabela 3:**  
**Estatística descritiva**

Variável	Média	Desvio	Mínimo	Quantil					Máximo
				10	25	50	75	90	
GR1	0,035	0,041	0,000	0,005	0,010	0,022	0,047	0,056	0,065
GR2	0,033	0,034	0,000	0,004	0,010	0,021	0,046	0,051	0,060
GR3	0,014	0,018	0,000	0,002	0,004	0,009	0,016	0,027	0,032
TAMCA	1,830	1,765	0	0	0	2	3	4	5
INDCA	0,296	0,735	0	0	0	0	0	1	1
BIG4	0,929		0	1	1	1	1	1	1
RODAI	0,332		0	0	0	0	1	1	1
AUDIN	0,199		0	0	0	0	0	1	1
COINT	0,235		0	0	0	0	0	1	1
TAM	15,4	1,36	11,9	13,7	14,4	15,3	16,3	17,2	19,7
ROA	0,031	0,095	-1,24	-0,047	0,001	0,033	0,071	0,117	0,362
END	0,317	0,179	0,00	0,072	0,182	0,310	0,431	0,551	1,080

GR1: nível dos *accruals* discricionários; GR2 = nível anormal das atividades reais; GR3 = resultado contábil anormal; TAMCA = tamanho do comitê de auditoria; INDCA = independência dos membros do comitê de auditoria; BIG4 = qualidade da empresa de auditoria; RODAI = rodízio do auditor independente; AUDIN = auditoria interna; COINT = controle interno; TAM = tamanho da empresa; ROA = rentabilidade sobre o Ativo; END = endividamento.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se que as médias da primeira e da segunda medida de gerenciamento de resultados são respectivamente 0,035 e 0,03, mas o desvio-padrão da GR1 (nível dos *accruals* discricionários) é maior do que a da segunda *proxy* (nível anormal de atividades reais), sinalizando uma maior dispersão do nível dos *accruals* discricionários do que do nível anormal de atividades reais. Ademais, verifica-se que das métricas de gerenciamento de resultados a que mais contribui para a diminuição da qualidade das informações é a GR1 (nível dos *accruals* discricionários), já que é a que está mais próxima a 1, e a que causa um menor impacto é a GR3 (resultado contábil anormal), que indica a manipulação do lucro por meio de mudança de classificação das contas contábeis.

A amostra apresenta empresas com ativo médio de 15,4; um endividamento baixo, já que as dívidas representam em média 0,317 de seus ativos e 0,551 no quantil 90, contudo, verifica-se um alto desvio-padrão das variáveis endividamento, ou seja, um indicativo de grande dispersão dos dados que torna a amostra heterogênea em relação ao nível de endividamento. A rentabilidade média das empresas que compõe a amostra é de aproximadamente 3%, no entanto, há empresas com rentabilidade negativa e outras que apresentam rentabilidade acima de 0,36.

Quanto aos mecanismos de auditoria, observa-se que pelo menos 25% (quartil 25) das empresas da amostra não tem comitê de auditoria; e pelo menos em 75% das empresas que possuem o comitê de auditoria, nenhum dos membros é independente, já que nenhum dos membros que compõe esse comitê participa apenas dele. Em relação à qualidade da auditoria, verifica-se que 92,9% das empresas da amostra são auditadas por uma das quatro maiores empresas de auditoria (BIG4) e que somente 33,2% das empresas realizam o rodízio do auditor responsável pela auditoria, como requerido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Analisando os dados quanto à existência de um órgão específico de auditoria interno e de controle interno nas empresas, constata-se que 19,9% das empresas constituíram um órgão de auditoria interna e que nas empresas do IGC, que compõem a amostra, 23,5% possuem um órgão de controle interno.

Para se investigar a influência dos mecanismos de auditoria no gerenciamento de resultados contábeis, utilizaram-se a regressão com dados em painel com efeitos fixos, tendo em vista os testes de Hausman e Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan, e a regressão quantílica, já que esses métodos possibilitam observar como as variáveis explicativas relacionam-se com a variável dependente ao longo da sua distribuição, pois a forma como elas relacionam-se pode ser diferente, de acordo com o nível em que se encontra essa variável (Yu, Wang & Wu, 2015). Portanto, possibilita uma maior compreensão dos efeitos dos mecanismos de auditoria nos níveis de gerenciamento de resultados empregados pelas empresas que compõem a carteira IGC.

A Tabela 4 apresenta os resultados das regressões que identificam as variáveis dos mecanismos de auditoria que influenciam o nível dos *accruals* discricionários (GR1).

**Tabela 4:**

**Influência dos mecanismos de auditoria no nível dos *accruals* discricionários (GR1)**

$$GR1_{i,t} = \alpha + \beta_1 TAMCA_{i,t} + \beta_2 INDCA_{i,t} + \beta_3 BIG4_{i,t} + \beta_4 RODAI_{i,t} + \beta_5 AUDIN_{i,t} + \beta_6 COINT_{i,t} + \beta_7 TAM_{i,t} + \beta_8 END_{i,t} + \beta_9 ROA_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

Variável	Quantil					Painel com efeitos fixos	VIF
	10	25	50	75	90		
Intercepto	0,0056	0,0033	-0,0010	0,0164	0,0337	0,0015	
TAMCA	-0,0002	-0,0007*	-0,0007*	-0,0020***	0,0012	-0,0002*	1,20
INDCA	-0,0007	-0,0011	-0,0016*	-0,0018	-0,0091	-0,0033*	1,19
BIG4	0,0034	0,0059	-0,0006	-0,0035	0,0038	0,0048	1,06
RODAI	0,0007	-0,0010	0,0028	-0,0010	-0,0048	0,0005	1,01
AUDIN	-0,0022*	-0,0015***	-0,0009*	-0,0049	-0,0041	-0,0003***	1,13
COINT	-0,0016	-0,0009	-0,0013	0,0071	-0,0111	0,0020	1,14
TAM	-0,0003	-0,0001	-0,0013	-0,0020*	-0,0028	-0,0016	1,12
ROA	-0,0015	-0,0004	-0,0089	-0,0226	-0,0553	0,0207	1,17
END	0,0011	0,0038	0,0124	0,0142	-0,0144	0,0015	1,30
<b>Descrição</b>							
<b>Pseudo R<sup>2</sup></b>	0,0105	0,0131	0,0109	0,0179	0,0543		
F de Wald			4,77****				
Prob > F						1,57***	
Within						0,0118	
Between						0,0023	
Overall						0,0115	
Observações	494						

(\*) Significância a 10%; (\*\*) Significância a 5%; (\*\*\*) Significância a 1%.

TAMCA = tamanho do comitê de auditoria; INDCA = independência dos membros do comitê de auditoria; BIG4 = qualidade da empresa de auditoria; RODAI = rodízio do auditor independente; AUDIN = auditoria interna; COINT = controle interno; TAM = tamanho da empresa; ROA = rentabilidade sobre o Ativo; END = endividamento; VIF = *variance inflation factor*.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados da estimação por dados em painel com efeitos fixos e da regressão quantílica, apresentados na Tabela 4, revelam que o nível dos *accruals* discricionários sofre influência negativa do tamanho do comitê de auditoria, do número de membros independentes e da existência de auditoria interna. Dessa forma, há evidências de que esses mecanismos de auditoria melhoram a qualidade das informações contábeis, uma vez que inibe a adoção de estratégias de manipulação do lucro por escolhas contábeis.

Semelhante ao observado por Yang e Krishman (2005) e divergente aos resultados encontrados por Cunha et al. (2014) e Miko e Kamardin (2015), no que tange ao número de membros do comitê de auditoria, tal achado sinaliza que os gestores das empresas da amostra com maior número de membros no comitê de auditoria são menos propensos a utilizar a discricionabilidade das normas contábeis para, de modo oportunístico, influenciar o resultado da empresa.

Entretanto, não foi verificada na regressão quantílica uma relação negativa e significativa entre o nível dos *accruals* discricionários e a quantidade de membros independentes do comitê de auditoria e a existência da auditoria interna nas empresas da amostra a partir do quantil 75%. Isso pode indicar que a existência de um órgão de auditoria interna e o número de membros independentes do comitê de auditoria não inibem a adoção mais agressiva dessa estratégia de manipulação dos números contábeis. Esse resultado é contrário àqueles observados por Christ et al. (2015) e Prawitt et al. (2009), em relação à influência da auditoria interna no gerenciamento de resultados contábeis.

Assim, não se deve rejeitar a hipótese ( $H_1$ ) de que “os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível dos *accruals* discricionários (GR1)” e melhoram a qualidade da informação contábil. Entretanto, quanto à influência das variáveis auditoria externa, rodízio do auditor independente e controle

interno, no nível dos *accruals* discricionários, os resultados demonstram não haver uma relação significativa entre as variáveis, contrapondo-se à tese defendida por Almeida e Almeida (2009), Cohen et al. (2008), Miko e Kamardin (2015) e Silvestre, Costa e Kronbauer (2018), segundo a qual esses mecanismos de auditoria influenciam o nível dos *accruals* discricionários e, portanto, a qualidade das informações contábeis.

A Tabela 5 apresenta os resultados das regressões que analisaram a influência dos mecanismos de auditoria na segunda *proxy* de gerenciamento de resultados – o nível anormal de atividades reais (GR2).

**Tabela 5:**  
**Influência dos mecanismos de auditoria no nível anormal de atividades reais (GR2)**

$$GR2_{i,t} = \alpha + \beta_1 TAMCA_{i,t} + \beta_2 INDCA_{i,t} + \beta_3 BIG4_{i,t} + \beta_4 RODAI_{i,t} + \beta_5 AUDIN_{i,t} + \beta_6 COINT_{i,t} + \beta_7 TAM_{i,t} + \beta_8 END_{i,t} + \beta_9 ROA_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Variável	Quantil					Painel com efeitos fixos	VIF
	10	25	50	75	90		
Intercepto	0,0113	0,0341***	0,0596***	0,1053***	0,1561***	0,0707***	
TAMCA	0,0004	0,0001	0,0017	0,0023*	0,0046**	0,0020***	1,18
INDCA	-0,0007	0,0004	-0,0011	-0,0014	-0,0050***	-0,0030	1,18
BIG4	-0,0031	-0,0016	-0,0159**	-0,0093	-0,0012	-0,0063	1,07
RODAI	-0,0002	0,0019	-0,0005	-0,0051	-0,0046	-0,0021	1,01
AUDIN	0,0018	0,0007	0,0007	-0,0003	-0,0081	-0,0019	1,12
COINT	-0,0017	-0,0055***	-0,0116***	-0,0185***	-0,0205***	-0,0130***	1,11
TAM	-0,0002	-0,0014**	-0,0011	-0,0032*	-0,0059**	-0,0021*	1,12
ROA	0,0019	-0,0162**	-0,0166	0,0031	0,0356	0,0015	1,17
END	-0,0024	0,0007	-0,0015	0,0072	0,0199	0,0072	1,30
<b>Descrição</b>							
<b>Pseudo R<sup>2</sup></b>	0,010	0,0249	0,0341	0,0422	0,0540		
F de Wald			4,77***				
Prob > F						3,57***	
Within						0,0538	
Between						0,1030	
Overall						0,0487	
Observações	632						

(\*) Significância a 10%; (\*\*) Significância a 5%; (\*\*\*) Significância a 1%.

TAMCA = tamanho do comitê de auditoria; INDCA = independência dos membros do comitê de auditoria; BIG4 = qualidade da empresa de auditoria; RODAI = rodízio do auditor independente; AUDIN = auditoria interna; COINT = controle interno; TAM = tamanho da empresa; ROA = rentabilidade sobre o Ativo; END = endividamento; VIF = *variance inflation factor*.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O resultado das regressões demonstra que a existência de um órgão específico de controle interno nas empresas da amostra influencia negativamente, com nível de significância de 1%, o nível anormal de atividades reais, corroborando o evidenciado por Brown et al. (2014) e Singer e You (2011). Isso implica que as ações de controle interno podem estar sendo eficientes na redução de práticas de manipulação por atividades reais, que diminuem a qualidade das informações contábeis.

Conforme os dados apresentados na Tabela 5 constata-se que o número de membros do comitê de auditoria influencia positivamente o resultado anormal das atividades reais. Os resultados da regressão com dados em painel e da regressão quantílica evidenciam que esse mecanismo de auditoria não reduz a adoção agressiva dessa estratégia de manipulação de resultados, pois até o quantil 50 não foi encontrado coeficientes com significância estatística e, como observado na Tabela 3, a média da variável GR2 é superior a mediana.

Logo, há indícios de que um comitê de auditoria maior não diminui a propensão dos gestores das empresas da amostra em adotar estratégias que diminuem a qualidade das informações contábeis por meio da manipulação das atividades reais. Esse resultado é alinhado ao defendido por Yang e Krishnan (2005), de que um comitê menor pode ser mais funcional e supervisionar melhor os relatórios financeiros, e divergente ao evidenciado por Kent, Routledge e Stewart (2010), em que o tamanho do comitê está positivamente ligado à qualidade da informação contábil.

Além disso, na regressão quantílica a variável independência do comitê de auditoria apresentou coeficiente negativo e significativo a 1% no quantil 90. Inere-se que o maior número de membros independentes do comitê de auditoria diminui apenas a adoção de agressivas estratégias de manipulação dos números contábeis por atividades reais, corroborando os achados de Fich e Shivdasani (2006), Sultana et al. (2015) e Sun et al. (2014).

Portanto, não deve ser rejeitada a hipótese (H<sub>2</sub>) de que “os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível anormal de atividades reais (GR2)”. Ressalte-se que não foram encontrados coeficientes significantes para as variáveis *Big Four*, rodízio do auditor externo e auditoria interna, contrariando os resultados encontrados por Brown et al. (2014), Cunha et al. (2014), Davidson et al. (2005), DeAngelo (1981), DeFond e Subramanyam (1998) e Singer e You (2011).

Esses resultados mostram indícios de que os mecanismos de auditoria não são tão eficientes para distinguir até que ponto as atividades reais da empresa são atividades em níveis normais ou não, o que pode estar relacionado ao defendido por Cupertino et al. (2015) e Roychowdhury (2006), quanto à dificuldade de identificar e definir níveis específicos de atividades como anormais.

A Tabela 6 mostra os resultados da análise da influência dos mecanismos de auditoria no resultado contábil anormal, terceira *proxy* de gerenciamento de resultados contábeis adotada neste estudo.

**Tabela 6:**  
**Influência dos mecanismos de auditoria no resultado contábil anormal (GR3)**

$$GR3_{i,t} = \alpha + \beta_1 TAMCA_{i,t} + \beta_2 INDCA_{i,t} + \beta_3 BIG4_{i,t} + \beta_4 RODAI_{i,t} + \beta_5 AUDIN_{i,t} + \beta_6 COINT_{i,t} + \beta_7 TAM_{i,t} + \beta_8 END_{i,t} + \beta_9 ROA_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Variável	Quantil					Painel com efeitos fixos	VIF
	10	25	50	75	90		
Intercepto	-0,012**	-0,0123***	-0,0290***	-0,0254	-0,0417**	-0,0186***	
TAMCA	-0,0003	-0,0002	-0,0007***	-0,0009	-0,0009	-0,0022***	1,21
INDCA	0,0008	0,0013	0,0004	-0,0007	-0,0021	0,0009	1,20
BIG4	-0,0006	0,0007	-0,0039**	0,0053	0,0047	0,0015	1,06
RODAI	0,0003	0,0002	-0,0002	-0,0002	-0,0002	-0,0004	1,01
AUDIN	0,0022**	0,0011**	0,0003	0,0022	0,0057*	0,0067***	1,13
COINT	0,0006	0,0071***	0,0064***	0,0144**	0,0428***	0,0175***	1,12
TAM	0,0009***	0,0009***	0,0022***	0,0023**	0,0038***	0,0018***	1,13
ROA	0,0030	0,0014	0,0010	0,0015	-0,0037	0,0073	1,18
END	0,0017	0,0031**	-0,0004	-0,0049	-0,0026	0,0029	1,33
<b>Descrição</b>							
<b>Pseudo R<sup>2</sup></b>	0,0607	0,1177	0,1145	0,1253	0,2726		
F de Wald			4,77***				
Prob > F						15,55***	
Within						0,2040	
Between						0,5872	
Overall						0,2071	
Observações	625						

(\*) Significância a 10%; (\*\*) Significância a 5%; (\*\*\*) Significância a 1%.

TAMCA = tamanho do comitê de auditoria; INDCA = independência dos membros do comitê de auditoria; BIG4 = qualidade da empresa de auditoria; RODAI = rodízio do auditor independente; AUDIN = auditoria interna; COINT = controle interno; TAM = tamanho da empresa; ROA = rentabilidade sobre o Ativo; END = endividamento; VIF = *variance inflation factor*.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na regressão com dados em painel com efeitos fixos, evidencia-se que as variáveis auditoria interna e controle interno apresentaram coeficientes positivos e significantes a 1%. De modo similar, na regressão quantílica para esses mecanismos de auditoria foram observados coeficientes positivos e significantes nos quantis 10, 25 e 90 para a variável auditoria interna, e nos quantis 25, 50, 75 e 90, para a variável controle interno. Logo, isso significa que, ao contrário do esperado e encontrado por Brown et al. (2014) e Singer e You (2011), esses órgãos internos não têm implementado processos que diminuem a classificação oportunística de contas contábeis para, assim, melhorar a qualidade da informação contábil.

Divergindo dos resultados evidenciados por DeFond e Subramanyam (1998), Lys e Watts (1994) e Nagy (2005), em que a realização do rodízio do profissional responsável pela auditoria externa minimiza a adoção de estratégias de gerenciamento de resultados, nesta pesquisa, essa variável não apresentou coeficientes significantes. Assim, não é possível inferir que esse mecanismo de auditoria reduz a possibilidade de adoção da estratégia de gerenciamento de resultados por mudança de classificação, contribuindo para a melhoria da qualidade das informações financeiras das empresas da amostra.

Diferentemente das demais medidas de gerenciamento de resultados contábeis, o fato de a empresa ser auditada por uma das *Big Four* reduz a adoção da manipulação dos números contábeis por meio de mudanças de classificação, visto que, para essa variável, verificou-se um coeficiente negativo e significativo a 5%, no quantil 50. Esse resultado sinaliza que os gestores consideram os riscos de a auditoria externa identificar a utilização dessa forma de manipulação de resultados, e, possivelmente, adotam com mais cautela. Esse resultado converge com aquele encontrado por DeFond e Subramanyam (1998), Lys e Watts (1994) e Nagy (2005).

De modo semelhante ao observado na investigação da influência dos mecanismos de auditoria no nível dos *accruals* discricionários e contrário ao resultado demonstrado para o nível anormal de atividades reais, o resultado apresentado na Tabela 6 evidencia que o número de membros do comitê de auditoria diminui a propensão dos gestores a adotar a estratégia de mudança de classificação para manipular o lucro operacional do período, contrariando o observado por Cunha et al. (2014) e Miko e Kamardin (2015), de que a quantidade de membros do comitê de auditoria não influencia o gerenciamento de resultados contábeis.

Isso posto, não se pode rejeitar a hipótese ( $H_3$ ) de que “os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o resultado contábil anormal (GR3)”.

## 5 Conclusão

Esta pesquisa analisou a influência dos mecanismos de auditoria no nível de gerenciamento de resultados, em empresas brasileiras listadas na B3 participantes da carteira IGCX no período de 2011 a 2017. Como *proxies* para mecanismos de auditoria foram utilizadas as variáveis: tamanho do comitê de auditoria, independência do comitê de auditoria, empresa ser auditada por uma das *Big Four*, ocorrência de rodízio de auditor independente, existência de um órgão de controle interno e de auditoria interna.

As métricas de gerenciamento de resultados, utilizadas como *proxies* de qualidade das informações contábeis, foram: os *accruals* discricionários, estimados segundo o Modelo Jones Modificado (Dechow et al., 1995); o nível anormal das atividades reais, mensurado segundo os modelos Gunny (2010) e Roychowdhury (2006); e o resultado contábil inesperado, na forma proposta por McVay (2006).

A partir da análise do efeito dos mecanismos de auditoria no nível dos *accruals* discricionários, verificou-se que o tamanho do comitê de auditoria e a quantidade de membros independentes desse comitê, assim como a existência de um órgão específico responsável por implementar e monitorar os controles internos da empresa influenciam negativamente o nível dos *accruals* discricionários, ou seja, a qualidade das informações contábeis das empresas da amostra.

Quanto ao nível anormal das atividades reais, assim como evidenciado para o nível dos *accruals* discricionários, foi encontrado que o controle interno influencia negativamente o nível de manipulação dos resultados por meio da alteração oportunística do volume de produção, do fluxo de caixa operacional e das despesas discricionárias. Além disso, também se observou que a independência dos membros do comitê de auditoria inibe a adoção agressiva dessa estratégia de gerenciamento de resultados, que reduz a qualidade das informações financeiras e que a qualidade da empresa de auditoria externa desencoraja os gestores a manipular as atividades reais das empresas.

No que concerne a manipulação das informações financeiras que resultam em um resultado contábil anormal, verificou-se que o tamanho do comitê de auditoria, assim como o fato de a empresa ser auditada por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, restringe a adoção dessa estratégia. Diante disso, não foi possível rejeitar nenhuma das três hipóteses da pesquisa, ou seja, de que os mecanismos de auditoria influenciam negativamente o nível dos *accruals* discricionário, o nível anormal de atividades reais e o resultado contábil anormal das empresas participantes da carteira IGC. Constata-se, portanto, que os mecanismos de auditoria contribuem para aumentar a qualidade das informações contábeis.

Este estudo contribui para subsidiar discussões sobre a efetividade das práticas de governança corporativa, especificamente dos mecanismos de auditoria, que, dentre outras, possuem as funções de monitorar as ações dos gestores e coibir práticas de manipulação do lucro e melhorar a qualidade das informações contábeis. Além disso, fornece evidências de que o tamanho do comitê de auditoria e o controle interno, mecanismos internos de governança corporativa, nem sempre restringem a adoção de estratégias de manipulação dos lucros. Outra constatação é que a obrigatoriedade da realização do rodízio do profissional responsável pela auditoria externa não contribui para inibir a adoção de práticas de manipulação das informações financeiras que diminuem a qualidade das informações reportadas aos diversos usuários. Recomenda-se que os órgãos reguladores considerem essas questões ao normatizar e regular a governança corporativa, e que os investidores observem tal prática no seu processo decisório.

Ressalte-se que os resultados evidenciados limitam-se ao período e à amostra estudados. Como sugestão para pesquisa futura, indica-se a investigação da influência de outros mecanismos de governança corporativa na qualidade das informações contábeis, assim como a análise por tipo de controle acionário e pela composição da remuneração dos executivos. Além disso, recomenda-se também a realização de nova pesquisa com todas as empresas de capital aberto listadas na B3, considerando ainda, os anos após a adoção das medidas sanitárias decorrentes da pandemia da COVID-19, já que essa situação resultou em uma maior restrição financeira para as empresas, resultando em distintas demandas por mecanismos de auditoria e de governança corporativa.

## Referências

Almeida, J. E. F. D., & Almeida, J. C. G. D. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 62-74. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000200005>

Almadi, M., & Lazic, P. (2016). CEO incentive compensation and earnings management: The implications of institutions and governance systems. *Management Decision*, 54(10), 2447-2461. <https://doi.org/10.1108/MD-05-2016-0292>

- Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary accounting research*, 15(1), 1-24. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1998.tb00547.x>
- Chen, S., & Komal, B. (2018). Audit committee financial expertise and earnings quality: A meta-analysis. *Journal of Business Research*, 84(C), 253-270. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.11.048>
- Bortolon, P. M., Sarlo Neto, A., & Santos, T. B. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), 27-36. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100004>
- Brown, N. C., Pott, C., & Wömpener, A. (2014). The effect of internal control and risk management regulation on earnings quality: Evidence from Germany. *Journal of accounting and public policy*, 33(1), 1-31. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2013.10.003>
- Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of accounting and Economics*, 32(1-3), 237-333. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00027-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00027-1)
- Call, A. C., Chen, S., Miao, B., & Tong, Y. H. (2014). Short-term earnings guidance and accrual-based earnings management. *Review of accounting studies*, 19(2), 955-987. <https://doi.org/10.1007/s11142-013-9270-7>
- Chan, A. M. Y., Liu, G., & Sun, J. (2013). Independent audit committee members' board tenure and audit fees. *Accounting & Finance*, 53(4), 1129-1147. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2012.00490.x>
- Chiang, S., Kleinman, G. and Lee, P. (2021). The effect of auditor industry specialization and board independence on the cash flow reporting classification choices under IFRS: evidence from Taiwan. *International Journal of Accounting & Information Management*, 29(1), 147-168. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-07-2019-0084>
- Christ, M. H., Masli, A., Sharp, N. Y., & Wood, D. A. (2015). Rotational internal audit programs and financial reporting quality: Do compensating controls help?. *Accounting, Organizations and Society*, 44, 37-59. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2015.05.004>
- Cohen, D. A., Dey, A., & Lys, T. Z. (2008). Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-Sarbanes-Oxley periods. *The accounting review*, 83(3), 757-787. <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.3.757>
- Cunha, P. R., Hillesheim, T., de Faveri, D. B., & Junior, M. M. R. (2014). Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 15-25. <https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.58500>
- Cupertino, C. M., Martinez, A. L., & da Costa Jr, N. C. (2015). Earnings manipulations by real activities management and investors' perceptions. *Research in International Business and Finance*, 34, 309-323. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2015.02.015>
- Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. D. (2015). Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26, 43-56. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201400030>
- Davidson, R., Goodwin-Stewart, J., & Kent, P. (2005). Internal governance structures and earnings management. *Accounting & Finance*, 45(2), 241-267. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629x.2004.00132.x>
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90002-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90002-1)
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 70(2), 193-225. <https://doi.org/10.2307/248303>

DeFond, M., Hung, M., & Trezevant, R. (2007). Investor protection and the information content of annual earnings announcements: International evidence. *Journal of Accounting and Economics*, 43(1), 37-67. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.09.001>

DeFond, M. L., & Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 25(1), 35-67. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(98\)00018-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(98)00018-4)

Demski, J. S. (2004). Endogenous expectations. *Accounting Review*, 79(2) 519-539. <https://doi.org/10.2307/3203255>

Fich, E. M., & Shivdasani, A. (2012). Are busy boards effective monitors?. *The Journal of Finance*, 61(2), 689-724, 2006. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-31579-4\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-642-31579-4_10)

Garven, S. (2015). The effects of board and audit committee characteristics on real earnings management: Do boards and audit committees play a role in its promotion or constraint?. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 19(1), 67.

Gunny, K. A. (2010). The relation between earnings management using real activities manipulation and future performance: Evidence from meeting earnings benchmarks. *Contemporary accounting research*, 27(3), 855-888. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01029.x>

Haw, I. M., Ho, S. S., & Li, A. Y. (2011). Corporate governance and earnings management by classification shifting. *Contemporary Accounting Research*, 28(2), 517-553. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01059.x>

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>

Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>

Kent, P., Routledge, J., & Stewart, J. (2010). Innate and discretionary accruals quality and corporate governance. *Accounting & Finance*, 50(1), 171-195. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2009.00321.x>

Khalil, M., & Ozkan, A. (2016). Board independence, audit quality and earnings management: Evidence from Egypt. *Journal of Emerging Market Finance*, 15(1), 84-118. <https://doi.org/10.1177/0972652715623701>

Lin, J. W., & Hwang, M. I. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. *International journal of auditing*, 14(1), 57-77. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2009.00403.x>

Lys, T., & Watts, R. L. (1994). Lawsuits against auditors. *Journal of accounting research*, 32 (Supplement), 65-93. <https://doi.org/10.2307/2491440>

Marques, A. V. C., Costa, P. D. S., & Silva, P. R. (2016). Relevância do conteúdo informacional das Book-Tax Differences para previsão de resultados futuros: evidências de países-membros da América Latina. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 29-42. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501570>

McVay, S. E. (2006). Earnings management using classification shifting: An examination of core earnings and special items. *The Accounting Review*, 81(3), 501-531. <https://doi.org/10.2308/acch.2006.81.3.501>

Miko, N. U., & Kamardin, H. (2015). Impact of audit committee and audit quality on preventing earnings management in the pre-and post-Nigerian corporate governance code 2011. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 172(27), 651-657. <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.415>

Morás, V. R., & Klann, R. C. (2020). Influência da governança corporativa na escolha do tipo de gerenciamento de resultados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 105-122. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p105>

Nagy, A. L. (2005). Mandatory audit firm turnover, financial reporting quality, and client bargaining power: The case of Arthur Andersen. *Accounting Horizons*, 19(2), 51-68. <https://doi.org/10.2308/acch.2005.19.2.51>

- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2014.07.001>
- Prawitt, D. F., Smith, J. L., & Wood, D. A. (2009). Internal audit quality and earnings management. *The accounting review*, 84(4), 1255-1280. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.4.1255>
- Poretti, C., Schatt, A., & Bruynseels, L. (2018). Audit committees' independence and the information content of earnings announcements in Western Europe. *Journal of Accounting Literature*, 40, 29-53. <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2017.11.002>
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of accounting and economics*, 42(3), 335-370. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.01.002>
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91-102.
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting horizons*, 17(Supplement), 97-110.
- Silva, D. S. D. C., Vasconcelos, A. C. D., & De Luca, M. M. M. (2017). Comitê de auditoria e gerenciamento de resultados em empresas reguladas e empresas não reguladas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(3), 25-43. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v12i3.14164](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i3.14164)
- Silvestre, A. O., Costa, C. M., & Kronbauer, C. A. (2018). Rodízio de Auditoria e a Qualidade dos Lucros: Uma Análise a Partir dos Accruals Discricionários. *BBR. Brazilian Business Review*, 15(5), 410-426. <https://doi.org/10.15728/bbr.2018.15.5.1>
- Singer, Z., & You, H. (2011). The effect of Section 404 of the Sarbanes-Oxley Act on earnings quality. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 26(3), 556-589. <https://doi.org/10.1177/0148558X11401554>
- Sultana, N., Singh, H., & Van der Zahn, J. L. M. (2015). Audit committee characteristics and audit report lag. *International Journal of Auditing*, 19(2), 72-87. <https://doi.org/10.1111/ijau.12033>
- Sun, J., Lan, G., & Liu, G. (2014). Independent audit committee characteristics and real earnings management. *Managerial Auditing Journal*, 29(2), 153-172. <https://doi.org/10.1108/MAJ-05-2013-0865>
- Visvanathan, G. (2008). Corporate governance and real earnings management. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 12(1), 9-22.
- Yang, J. S., & Krishnan, J. (2005). Audit committees and quarterly earnings management. *International journal of auditing*, 9(3), 201-219. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2005.00278.x>
- Yu, T. H. K., Wang, D. H. M., & Wu, K. L. (2015). Reexamining the red herring effect on healthcare expenditures. *Journal of Business Research*, 68(4), 783-787. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2014.11.028>
- Zakaria, K. M., Nawawi, A., & Salin, A. S. A. P. (2016). Internal controls and fraud—empirical evidence from oil and gas company. *Journal of Financial crime*, 23(4), 1154-1168. <https://doi.org/10.1108/JFC-04-2016-0021>
- Zalata, A. M., Taurigana, V., & Tingbani, I. (2018). Audit committee financial expertise, gender, and earnings management: Does gender of the financial expert matter?. *International review of financial analysis*, 55, 170-183. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2017.11.002>
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based earnings management. *The accounting review*, 87(2), 675-703. <https://doi.org/10.2308/accr-10196>
- Zgarni, I., Hlioui, K., & Zehri, F. (2016). Effective audit committee, audit quality and earnings management: Evidence from Tunisia. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 6(2), 138-155. <https://doi.org/10.1108/JAEE-09-2013-0048>

\* Uma versão preprint do artigo foi apresentada no XX Congresso USP de Contabilidade, 2020.

## NOTAS

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. T. Medeiros, M. M. M. De Luca, A. C. Vasconcelos

Coleta de dados: J. T. Medeiros

Análise de dados: J. T. Medeiros, M. M. M. De Luca, A. C. Vasconcelos

Discussão dos resultados: J. T. Medeiros, M. M. M. De Luca, A. C. Vasconcelos

Revisão e aprovação: J. T. Medeiros, M. M. M. De Luca, A. C. Vasconcelos

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](#). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES

José Alonso Borba, Denize Demarche Minatti Ferreira, Carlos Eduardo Facin Lavarda.

### HISTÓRICO

Recebido em: 14/09/2020 – Revisado por pares em: 24/05/2021 – Reformulado em: 07/11/2021 – Recomendado para publicação em: 22/11/2021 – Publicado em: 25/03/2022